



Imprimir



Fale Conosco

Zoom+
Zoom-Edições
Anteriores

Busca

ANO IV - Número 42
Brasília, 10/10/2011

"A estrada da vida
pode ser longa e áspera.
Faça-a mais longa e suave.

Caminhando e cantando

Com as mãos cheias de sementes (...)"

(Cora Coralina - As espigas de Aninha)

Que as realizações alcançadas este ano sejam sementes plantadas e
colhidas com maior sucesso em 2008.

Feliz Ano Novo!

Nilcéa Freire



Pacto Nacional

Três estados brasileiros já aderiram ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, lançado pelo presidente Lula durante a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. São eles: Rio de Janeiro, Pará e Espírito Santo. Em 2008, outras oito Unidades da Federação (São Paulo, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Maranhão) vão assinar o Pacto. Até 2011, serão aplicados, por meio do Pacto, R\$ 1 bilhão em quatro eixos estruturantes: Consolidação da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Implementação da Lei Maria da Penha; Promoção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres; Combate à Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes e ao Tráfico de Mulheres; Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão.



Sistema prisional feminino I

O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) criado para revisar o sistema prisional feminino do País entregou, na quinta-feira (13/12), aos ministros da Justiça, Tarso Genro, e da SPM, Nilcéa Freire, o relatório preliminar com o diagnóstico do sistema carcerário feminino e as principais medidas emergenciais para reverter o quadro em que se encontram as mulheres em situação de prisão. Segundo o documento, as mulheres cumprem pena em espaços inadequados, em situações insalubres (presença de insetos e roedores, ausência de saneamento básico, pouca ventilação etc). Os espaços destinados a creches são precários e não existem critérios definidos para separar mãe e filho, além de outras questões.



Sistema prisional feminino II

AGENDA

8 de Março - Feliz Plano Novo

No próximo ano, o Dia Internacional da Mulher (8 de março) será celebrado, em Brasília, com o lançamento do 2º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). O PNPM está sendo reformulado a partir da II Conferência Nacional de Política para as Mulheres, que ocorreu em agosto, e contará com seis novos eixos.



ACONTECEU

CNDM protesta contra o PL 1763/2007

Na quarta e última reunião ordinária anual do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), as conselheiras do órgão protestaram contra o Projeto de Lei 1763/2007 que dispõe sobre a assistência financeira à mãe e ao filho gerado em decorrência de estupro. Durante a reunião, uma carta de repúdio ao PL foi aprovada por unanimidade. O documento foi entregue ao relator do Projeto na Comissão de Seguridade

A partir desse diagnóstico, o GTI propõe três medidas emergenciais. São elas: estabelecer parceria imediata com o Judiciário e demais instituições afins, visando realizar um mutirão para revisão dos processos das cerca de 26 mil mulheres em situação de prisão; estimular a realização de convênios com os governos estaduais, visando a construção e/ou reforma de cadeias públicas a fim de garantir a existência de celas próprias para as mulheres; e readequação do Projeto Arquitetônico, elaborado pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, de forma a oferecer celas individuais e instalações adequadas para as mulheres.

Sistema prisional feminino III

Os ministros Tarso Genro e Nilcéa Freire acataram as recomendações do GTI e para colocar em prática as medidas emergenciais já determinaram às suas equipes internas o desenvolvimento de um plano de ação, que será executado imediatamente. Os recursos são oriundos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas) e do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Violência doméstica no DF

A cada 24 horas, pelo menos oito mulheres são vítimas de algum tipo de violência no Distrito Federal, segundo dados do Conselho dos Direitos da Mulher do DF. Dados da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), do DF, mostram que, de janeiro a novembro de 2007, foram denunciados 2.749 casos desta natureza.

No Ceará

O Ceará deu um importante passo no combate à violência contra a mulher. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) instalou, nesta terça-feira (18/12), em Fortaleza, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que é o primeiro do País na categoria a ter processos virtuais, ou seja, sem pilhas de papel. A iniciativa favorece mais rapidez e agilidade à tramitação dos processos. O juizado conta com uma estrutura que inclui equipe multidisciplinar, salas de acolhimento e brinquedoteca para crianças. Na quarta-feira (19/12), em Juazeiro do Norte, foi instalada uma sede deste juizado e com a mesma função.

RETROSPECTIVA

e Família, deputado José Linhares, pela representante da Rede Feminista de Saúde no CNDM, Lia Zanotta. A carta também foi protocolada na Secretaria da Câmara e distribuída aos demais deputados da comissão.

Mulheres na Presidência

Neste ano, duas mulheres foram eleitas presidentas: Cristina Kirchner, na Argentina, e Pratibha Patil, na Índia. No dia 10 de dezembro, Cristina Kirchner assumiu a Presidência e recebeu das mãos do marido, o ex-presidente Néstor Kirchner, a faixa presidencial. Em julho, a ex-senadora Pratibha Patil se tornou a primeira mulher a ocupar o posto de chefe de Estado no país. Ela foi eleita pelo parlamento indiano.

Deu samba

A Lei 11.340/06, mais conhecida como a Lei Maria da Penha está na boca do povo. Recentemente, a cantora Alcione gravou um samba dos compositores Paulinho Resende e Evandro Lima sobre o tema violência doméstica contra a mulher. Intitulada de Maria da Penha, a canção traz a seguinte letra "Comigo não, violão (...) Se tentar me bater/ Vai se arrepender (...) Porque vai ficar quente a/ chapa (...) Seu moço, se me der um

Por uma vida sem violência I

Ao som de canções de Alcione, Margareth Menezes, Elba Ramalho, Lenine, Vander Lee, Tony Platão, André Ramiro e Fred Milianti, Rosemary, dos grupos Moinho e As Chicas, o Dia Internacional da Não-Violência contra as Mulheres e um ano de vigência da Lei Maria da Penha foram celebrados, no dia 26 de novembro, no Canecão (RJ), com o show "Por uma Vida sem Violência". Promovido pela SPM, Secretaria de Ação Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e pela ONG Agende Ações em Gênero e Cidadania (Agende), e patrocinado pela Petrobras, o show foi comandado por Cissa Guimarães e Edwin Luisi.

Por uma vida sem violência II

Durante o espetáculo, as atrizes Arlete Sales, Renata Sorrah e Eliane Giardini interpretaram textos de Cora Coralina, Adélia Prado e Clarice Lispector sobre o tema mulher. Elisa Lucinda, ao recitar o poema de sua autoria Mulata Exportação, foi aplaudida de pé. Mais 16 artistas e personalidades, entre eles Du Moscovis, Maurício Mattar, Débora Colker, Rocco Pitanga, Flávia Monteiro, e as atletas Isabel e Jacqueline apresentaram ao público ,16 maneiras para assumir a luta pelo enfrentamento à violência contra as mulheres. Os textos relembavam os 30 anos de luta de mulheres, a superação da discriminação e a busca de espaço e respeito na sociedade.

Lançamento da Cartilha I

Antes do espetáculo foi lançada a Cartilha Lei nº 11340/06: use sem restrições, da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, no Canequinho Café (RJ). A cartilha estabelece um diálogo entre sociedade e instituições ao trazer informações sobre a Lei e orientações para que os operadores do direito e os agentes de segurança apliquem a Lei sem restrições e discriminação. O evento foi aberto pela artesã Cristiane Carneiros, uma das sete vítimas de violência doméstica que decidiu contar sua história na cartilha. Ao falar em nome das sete mulheres, Cristiane recitou um poema de Bertold Brecht e relatou o quanto foi difícil tomar uma "atitude" para dar um ponto final na violência vivenciada por ela e por todas.

Lançamento da Cartilha II

Na ocasião, a ministra Nilcéa Freire comemorou um ano da Lei Maria da Penha ao dizer que este era um sonho antigo que permeou muitos anos de luta dos movimentos de mulheres e feminista. A secretária Benedita da Silva revelou que sofreu violência ainda criança, lembrando que no Brasil não havia nenhuma proteção a questões como esta. "Hoje, a Lei Maria da

tapa/ Da dona "Maria da Penha'/ você não escapa".

Mulheres que deixam saudades

Este ano, o movimento de mulheres perdeu duas importantes referências. No dia 3 de dezembro, faleceu, no Rio de Janeiro, aos 75 anos, a jornalista, escritora, política, feminista e mãe, Heloneida Studart. Ela era reconhecida por sua trajetória de luta pelos direitos das mulheres, principalmente, por sua atuação na Assembléia Constituinte onde participou ativamente do chamado "Lobby do Batom", onde reivindicou a inclusão dos direitos trabalhistas específicos para as mulheres, como a licença maternidade de 120 dias. Em 10 de setembro, em Campinas (SP), faleceu a Secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT e integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Ednalva Bezerra. Em agosto, Ednalva trabalhou ativamente na II CNPM, onde coordenou a Plenária Final.

Cuba em luto

No mês de junho, faleceu, em Havana (Cuba), aos 77 anos, a primeira-dama, Vilma Espín Guillois. Histórica defensora da emancipação da mulher,

Penha veio fazer com que minhas filhas e netas não sofram esse tipo de humilhação", afirmou.



Não-Violência contra a Mulher

No Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher (25/11), a praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, foi o palco do lançamento da Campanha de 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, nos postos da BR Distribuidora que tem como slogan "Está na Lei. Exija seus Direitos. Lei Maria da Penha". Até o dia 10 de dezembro, foram distribuídos 600 mil folhetos informativos sobre a Lei Maria da Penha, em 150 postos da BR Distribuidora, localizados em 15 capitais brasileiras e regiões metropolitanas do país. Além do Rio de Janeiro, integraram à campanha postos de Niterói (RJ), São Paulo, Campinas (SP), Brasília (DF) Goiânia (GO) Belo Horizonte (BH) Porto Alegre (RS) Curitiba (PR), Aracaju (SE), Salvador (BA) Recife (PE), Fortaleza (CE), Belém (PA) e Manaus (AM) e mais cinco postos rodoviários. A iniciativa é resultado da parceria entre a SPM e a BR Petrobras Distribuidora, que pela segunda vez adere à campanha.



Processo disciplinar contra juiz

Em 13 de novembro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tomou uma importante decisão ao abrir processo disciplinar contra o juiz Edílson Rumbelsperger Rodrigues, de Sete Lagoas (MG), que proferiu sentenças discriminatórias contra a aplicação da Lei Maria da Penha. Em seus despachos, o juiz dizia que a Lei Maria da Penha era "um monstroengoso" e inconstitucional, além de ser um conjunto de "regras diabólicas". Segundo Nilcéa Freire, a decisão inédita tomada em caráter unânime pelo CNJ "fortalece a referência estabelecida a favor da plena aplicação e implementação da Lei Maria da Penha".



Pernambuco sai na frente I

O Estado de Pernambuco lançou, em outubro, o primeiro Plano Estadual de Combate à Violência contra as Mulheres. Elaborado pela Secretaria da Mulher, o plano faz parte do Pacto pela Vida - lançado em março deste ano pelo governo pernambucano e consiste num conjunto de ações estruturadas, de curto, médio e longo prazo para combater a violência no estado. O plano conta com o apoio do governo federal e soma forças com o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência de Gênero, lançado em agosto pelo presidente Lula, na abertura da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.



Pernambuco sai na frente II

O objetivo do plano pernambucano é prevenir, punir e erradicar, num

esposa do presidente interino de Cuba, Raúl Castro, e cunhada de Fidel Castro, Vilma esteve à frente da Federação de Mulheres Cubanas (FMC), cargo vitalício que ocupava desde 1960. Foi guerrilheira do Exército Rebelde em Sierra Maestra. É uma das últimas representantes de uma geração de mulheres revolucionárias que marcaram a história recente de Cuba.



Apenas iguais I

Em junho, as mulheres demonstraram preocupação com os rumos da reforma política no País e exigiram maior participação no Parlamento brasileiro. Com o lema "Nem menos nem mais: apenas iguais", a insatisfação foi manifestada por meio de um ato público no gramado do Congresso Nacional, promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e a Bancada Feminina das duas Casas, e com o apoio da SPM. O ato foi marcado pela revoada de milhares de balões lilás e branco no céu da Esplanada dos Ministérios, pela caminhada de braços dados das participantes até a entrada do Congresso Nacional e pela leitura e distribuição de uma carta aos parlamentares. A manifestação contou com a presença da Ministra Nilcéa Freire, da SPM, de

prazo de oito anos, a violência contra a mulher no estado. Serão investidos R\$ 324 milhões durante todo o projeto que vai construir seis centros médicos para as mulheres vítimas da violência e capacitar 12 mil profissionais de segurança, educação, saúde e em outros setores. Entre as prioridades do Plano estão a criação e manutenção de delegacias/pólos especializados no atendimento à mulher e a criação e manutenção de defensorias públicas que tratem da defesa da mulher em situação de violência.



A Mulher e a Mídia

Mais de 200 mulheres de 25 estados brasileiros debateram nos dias 22 e 23 de setembro temas como TV pública, a desqualificação das mulheres no poder, uma mídia não-discriminatória, novas fronteiras da mídia e propostas para uma nova agenda política de comunicação. O Seminário A Mulher e a Mídia IV foi realizado pelo Instituto Patrícia Galvão, com apoio da SPM e do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), e ocorreu no Hotel Novo Mundo, no Rio de Janeiro. A abertura do evento foi marcada por uma homenagem à Maria Ednalva Bezerra de Lima, secretária Nacional da Mulher da CUT, falecida em 10 de setembro, vítima de meningite. A mesa de abertura contou com a participação da ministra Nilcéa Freire, da SPM, Jacira Melo, diretora do Instituto Patrícia Galvão; e Júnia Puglia, vice-diretora do escritório do Unifem para o Cone Sul.



Um ano de Lei

No dia 22 de setembro, comemorou-se um ano de vigência da Lei Maria da Penha. O tema da violência contra a mulher - cuja invisibilidade foi combatida anos a fio por movimentos feministas e de mulheres - virou pauta recorrente na imprensa, agenda obrigatória entre operadores do direito e profissionais da segurança pública, fenômeno editorial (mais de dez livros publicados) e inspiração para sambas e cordéis. Violência contra a mulher virou conversa de botequim. Segundo levantamento parcial realizado pela SPM, durante os primeiros oito meses de vigência da Lei Maria da Penha (out/2006 a maio/2007), foram instaurados 32.630 inquéritos policiais e 10.450 processos criminais, deferidas 5.247 medidas protetivas de urgência, realizadas 864 prisões em flagrante e 77 preventivas.



Juizados Especiais

Nesse período de oito meses, foram criados 47 Juizados ou Varas, sendo que 47% delas localizavam-se nos estados do Sudeste. A região Nordeste foi a que menos criou Juizados, apenas um, em Pernambuco.



Mulheres chefes de família

conselheiras do CNDM, como Clara Charf, de secretárias de partidos políticos, de deputadas, senadoras, da coordenadora da Bancada Feminina da Câmara Luíza Erundina, além de outras 50 mulheres.



Apenas iguais II

A carta, assinada pelo CNDM, Bancada Feminina no Congresso Nacional e Fórum Multipartidário dos Organismos de Mulheres dos Partidos Políticos, reivindicou a lista pré-ordenada com alternância de sexo - um homem, uma mulher -, 30% do tempo na propaganda eleitoral do rádio e TV para candidaturas de mulheres e 30% da destinação de recursos do Fundo Partidário para os organismos de mulheres dos partidos políticos.



Uma Mulher no STM

A procuradora federal Maria Elizabeth Teixeira Rocha se tornou a primeira mulher a tomar posse como ministra do Superior Tribunal Militar (STM). Criado há quase 200 anos, o tribunal superior era o único que não tinha uma mulher entre seus integrantes. Com a sua posse, já são 10 mulheres que ocupam cadeira de ministra nos quatro tribunais superiores.



Dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em 14 de setembro, revelam que as famílias chefiadas por uma mulher chegaram a 18,552 milhões no ano passado. Os números retratam um aumento de 5,54% em relação a 2005, quando o número era de 17,578 milhões. A região Norte é a maior na proporção de mulheres chefes de família, com 32,4%. A região Sul tem o menor índice, 28,5%. A única região a apresentar queda na proporção de famílias chefiadas por mulheres foi a Centro-Oeste, que passou de 30,3% (1,247 milhão) para 29,7% (1,26 milhão).



Marcha das Margaridas

A ministra Nilcéa Freire, junto com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, a ministra da Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, parlamentares, representantes de movimentos populares e de organismos internacionais abriram, no dia 21 de agosto, a 3ª edição da Marcha das Margaridas, cujo tema foi "2007 Razões para Marchar". No dia seguinte, a Esplanada dos Ministérios ficou verde e lilás. Mais de 30 mil trabalhadoras rurais, "margaridas", marcharam pela capital federal reivindicando direitos previdenciários, contra a violência sexista e por segurança alimentar. Na ocasião, Nilcéa Freire anunciou, em nome do Governo Federal, o atendimento das reivindicações que constavam da pauta apresentada pela Marcha das Margaridas. Dos 107 itens da pauta de reivindicações das trabalhadoras rurais, o atendimento de 13 pontos prioritários foi anunciado pelo Governo Federal.



Fórum de trabalhadoras rurais I

No encerramento da Marcha das Margaridas, Nilcéa Freire assinou Portaria instituindo o Fórum Nacional de Elaboração de Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. Seu objetivo é formular e debater propostas de políticas públicas relacionadas à problemática e à realidade dessas mulheres. Coordenado pela SPM, o Fórum é constituído pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Saúde; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; da Justiça; e do Meio Ambiente, pela Secretaria-Geral da República, pelas Secretarias Especiais de Políticas da Promoção da Igualdade Racial; e de Direitos Humanos, pela Marcha Mundial das Mulheres, pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, pelo Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia; Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco.



II CNPM

2.559 delegadas, dentre elas 425 delegadas governamentais do governo federal, representando toda a diversidade das mulheres brasileiras, se reuniram, de 17 a 20 de agosto, durante a II Conferência Nacional de Política para as Mulheres (II CNPM) com o objetivo de avaliar o Plano Nacional de Políticas para as

Quebra de tabu

Pela primeira vez desde a criação do Supremo Tribunal Federal (STF), em 1828, uma ministra participou, no mês de março, da sessão plenária de julgamentos vestindo calça comprida. A responsável pela quebra de tabu foi a mineira Cármen Lúcia Antunes Rocha, que ingressou no tribunal no ano passado. Apesar de o STF ter liberado há quase sete anos o uso de calça para mulheres, desde que combinada com um blazer, nenhuma das duas integrantes do Supremo tinha ousado entrar no plenário com o traje. Tanto Cármen Lúcia quanto a presidente do tribunal, Ellen Gracie, as únicas mulheres do STF, costumavam usar vestidos ou saias.



Expediente:

ASCOM/SPM
Jornalista responsável:
Gabriela do Vale (DF 2488JP)
Editoração: ASCOM/SPM
Telefone: (55 61) 3411-4214
spmimprensa@spmulheres.gov.br

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.

Mulheres (PNPM) e discutir a participação das mulheres nos espaços de poder. O evento ocorreu no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília e sua abertura contou com a participação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, da primeira-dama Marisa Letícia, da ministra da SPM, Nilcéa Freire, das ministras Dilma Rousseff (Casa Civil) citar nominalmente todos, de representantes do sistema ONU, da sociedade civil, parlamentares, e convidadas internacionais.



Enfrentando a violência

Em seu discurso durante a solenidade, o presidente Lula reafirmou seu compromisso com o enfrentamento da violência contra a mulher, anunciando o Pacto Nacional pelo Enfrentamento a Violência contra as Mulheres com o investimento de R\$ 1 bilhão, até 2010. Sob a coordenação da SPM, o Pacto conta com o apoio de diversos ministérios e secretarias especiais: Justiça, Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Cidades, Desenvolvimento Agrário, Cultura, Direitos Humanos e Políticas de Promoção da Igualdade Social. Dentre as várias ações previstas estão o incentivo à criação de juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher pelos Tribunais de Justiça dos Estados, o fortalecimento da rede de atendimento à mulher em situação de violência com a implantação de novos centros de referência, defensorias públicas, casas-abrigo e delegacias especializadas em parceria com governos estaduais e municipais.



País menos desigual

Durante a abertura da II CNPM, a ministra Nilcéa Freire iniciou seu discurso com versos de Cora Coralina. Depois, destacou os avanços dos três primeiros anos de implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). "Nesses últimos anos, o Brasil ficou menos desigual, mas o nosso passivo de desigualdade ainda é colossal", afirmou. Para ela, o PNPM transformou ações isoladas em políticas que cada vez mais se aproximam do formato de uma política de Estado, como é o caso da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e da Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos.



Sub-representação feminina

Apesar das conquistas, a ministra disse em seu discurso que a democracia brasileira está em débito com as mulheres por causa da sub-representação nos espaços de poder brasileiros. "A sub-representação empobrece a democracia e perpetua as desigualdades. A paridade é uma meta a alcançar e um desafio que nos colocamos nesta II Conferência".



Mais 6 eixos no PNPM

Como resultado da II CNPM, foram incorporados ao PNPM mais seis novos eixos: participação política das mulheres e igualdade em todos os espaços de poder; desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade, na floresta com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar; direitos das mulheres à terra e moradia digna, bem como serviços com cidadania, garantindo a qualidade de vida nas áreas urbanas e rurais, considerando as etnias e comunidades tradicionais; cultura, comunicação e mídia: igualitária, democrática e não discriminatória, não-sexista, anti-racista, não lesbofóbica e não homofóbica, com controle social; enfrentamento do racismo, sexismo, lesbofobia; e enfrentamento das desigualdades que atingem as mulheres jovens, idosas em suas especificidades e diversidades.

Processo da II CNPM

O processo da II CNPM envolveu 195 mil mulheres de todos os cantos do País. De março a julho deste ano, foram realizadas 600 conferências municipais/regionais e estaduais, envolvendo 1.616 municípios, onde se discutiu a realidade social, econômica, política e cultural brasileira e os desafios para a construção da igualdade na perspectiva da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além de debater sobre a participação feminina nos espaços de poder.

Comitê CEDAW I

O Governo brasileiro representado pela SPM apresentou o seu VI Relatório Nacional à 39ª Sessão do Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), de 23 a 26 de julho, em Nova Iorque. O documento, elaborado por um grupo de trabalho, coordenado pela SPM e pelo Ministério das Relações Exteriores/Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, é uma prestação de contas do Brasil ao Comitê e traz as ações adotadas no país para promover a igualdade de gênero no período de 2001 a 2005.

Comitê CEDAW II

A sessão, que reúne dezenas de representantes de governos e da sociedade civil, analisa como os países que ratificaram a convenção estão avançando para garantir os direitos das mulheres através da implementação de políticas públicas e legislações. A ministra Nilcéa Freire, da SPM, que chefiou a delegação brasileira composta por nove integrantes, fez a defesa oral do VI Relatório Nacional sobre a situação da mulher no Brasil.

Avanços e desafios

Durante a explanação, de 30 minutos, no Comitê CEDAW, Nilcéa Freire expôs a implementação de políticas públicas para a efetivação dos direitos das mulheres, previstas na convenção da ONU. Deu destaque para os avanços e avaliou o que ainda há por ser feito. A aprovação da Lei Maria da Penha sobre violência doméstica, a formulação e implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o apoio às trabalhadoras rurais e as ações de planejamento familiar foram alguns avanços citados.

Lei enquadra mais um I

Por unanimidade, a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT) negou, em julho, o pedido de habeas corpus impetrado pela defesa de um homem acusado de espancar a esposa, com quem ele se reconciliou após a briga. A própria vítima manifestou interesse pelo arquivamento da ação. A decisão teve como base a Lei Maria da Penha (11.340/06). Agora, o processo, no qual se apura crime de lesão corporal qualificada, continuará a tramitar na 2ª vara especializada de violência doméstica e familiar contra a mulher de Cuiabá. A pena para esse tipo de crime é de três meses a três anos de detenção.

Lei enquadra mais um II

Pela Lei, o crime de lesão corporal leve, que implique em violência doméstica contra a mulher, passou a ser de ação penal pública incondicionada, tornando-se a retratação da vítima, portanto, insuficiente para justificar o arquivamento da ação. O artigo 16 da Lei 11.340/06 dispõe que "nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público".



Homens pelo fim da violência

A Lei 11.486 publicada em 21 de julho no Diário Oficial da União instituiu o 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. A data é alusiva ao massacre de mulheres de Montreal (Canadá), no qual foram assassinadas, em sala de aula, 14 estudantes de engenharia, em 6 de dezembro de 1989. As mulheres assassinadas tornaram-se um símbolo, uma representação trágica da injustiça praticada por homens violentos. O ocorrido inspirou a Campanha do Laço Branco, que trata de uma mobilização mundial de homens pelo fim da violência contra as mulheres.



Repúdio à violência

Na madrugada do dia 24 de junho, Sirlei Dias Carvalho Pinto e outras duas mulheres foram brutalmente espancadas por cinco jovens, moradores de condomínios da Barra da Tijuca, bairro de classe média do Rio de Janeiro. O motivo já estava explicitado na internet, em comunidade do Portal Orkut, freqüentada pelos mesmos jovens, na qual expressavam a mais irrestrita discriminação à mulher. Diante desses fatos, a SPM, em nota oficial, manifestou seu repúdio ao preconceito, discriminação e todas as formas de violência contra as mulheres que inspiraram esse episódio, porque sem igualdade de gênero a democracia brasileira jamais será plena.



Vista-se nos Jogos I

Nas vésperas do início dos Jogos Pan-americanos Rio 2007, o Governo Federal lançou a campanha de Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids, "Vista-se nos Jogos", com uma caminhada na orla da Praia de Copacabana. O objetivo foi divulgar as ações de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e aids durante os Jogos Pan-americanos e ParaPan-americanos, com o enfoque na redução da feminização da aids. A campanha foi estendida até o final dos Jogos, em agosto.



Vista-se nos Jogos II

O evento contou com a presença da ministra Nilcéa Freire, da SPM, do ministro José Gomes Temporão, do Ministério da Saúde, da diretora Mariângela Simão, do Programa Nacional de DST/Aids, de Alana Armitage do UNFPA/ONU e de outras autoridades. A caminhada é uma iniciativa das Secretarias Estadual e Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, com a parceria do Fórum de ONG/AIDS RJ, dos estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Veiga de Almeida e com o apoio da SPM e do MS.



TJDFT dá exemplo I

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) deu, em maio, um grande passo para a correta aplicação da Lei Maria da Penha (11.340/06). Por dois votos a um, foi aprovado o recurso contra o

arquivamento de processo baseado nessa legislação. O resultado não obriga juízes e promotores a mudar seu procedimento, mas a decisão poderá se tornar referência para deliberações dos demais Tribunais de Justiça, nos estados.



TJDFT dá exemplo II

O recurso que deu origem a esse julgamento refere-se ao processo da vítima de violência doméstica J.V.C. No dia 02 de novembro de 2006, grávida de 6 meses, que sofreu queimaduras de primeiro e segundo graus após o marido J. A.O.S. ter ateado fogo em seu corpo. Três semanas após a violência, a vítima compareceu perante a juíza e, na presença do acusado, renunciou à representação. Assim, a juíza determinou que o acusado não poderia ser preso pelo crime, apesar do pedido do Ministério Público, e arquivou o processo.



Saúde da Mulher I

O Governo Federal celebrou o Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e o Dia Nacional de Luta pela Redução da Mortalidade Materna, no dia 28 de maio, com o lançamento de um conjunto de medidas que compõem o Programa de Planejamento Familiar. O evento, realizado na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), contou com a participação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, da ministra da SPM, Nilcéa Freire, do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, entre outras autoridades.



Saúde da Mulher II

Fazem parte do pacote de medidas, a inclusão da vasectomia na lista de cirurgias eletivas, o aumento da oferta gratuita de contraceptivos em postos de saúde, passando de 20 milhões para 50 milhões de cartelas/ano de pílulas combinadas e de 1,2 milhão para 4,3 milhões de ampolas injetáveis. Na primeira quinzena de junho os 3.500 pontos de farmácias e drogarias credenciadas na Farmácia Popular do Brasil passaram a vender anticoncepcionais a baixíssimo custo em todo o país. O pacote de medidas foi reforçado por uma campanha publicitária e com a distribuição, em larga escala, de material educativo sobre os diferentes métodos de contracepção.



Observatório da Lei Maria da Penha I

O Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, da Universidade Federal da Bahia, foi o consórcio vencedor da licitação para constituir o Observatório de Monitoramento da Implementação e Aplicação da Lei Maria da Penha (11.340/2006), por meio de convênio com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. O convênio terá a duração de dois anos, que podem ser prorrogados. O objetivo do Observatório é fazer um levantamento de informações sobre a aplicação da Lei junto a delegacias, Ministério Público, Defensoria Pública, Judiciário, Executivo (por meio de políticas públicas) e Rede de Atendimento à Mulher - integrada por casas abrigos, centros de referência e delegacias especializadas, entre outros.



Dia do Diplomata I

Na cerimônia de formatura da Turma 2004-2006 do Instituto Rio Branco ocorreram dois fatos inéditos: o número de mulheres formandas chegou a um terço do total e apesar da presença ainda predominante de

homens formandos, as quatro medalhas concedidas aos destaques da turma foram conquistadas por mulheres.



Dia do Diplomata II

O evento foi presidido pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e contou com a presença da ministra da SPM, do ministro das Relações Exteriores e de outras autoridades. Em seu discurso, o ministro Celso Amorim disse "O Itamaraty se abriu para a diversidade". Maria José Mendes Pinheiro de Vasconcelos, a primeira diplomata brasileira, aprovada em 1918, também foi homenageada, em comemoração ao Dia do Diplomata. Ela só entrou para a carreira por conta de uma ação judicial que foi defendida por Rui Barbosa.



Mercado de Mulheres I

Em anúncio publicado em abril, um homem colocou à venda a própria mulher, com a justificativa: "Vendo minha esposa por razões que prefiro encurtar aqui, dizendo: preciso muito de dinheiro". O preço: R\$ 100,00. O texto descreve, em detalhes, supostas características da mulher, de forma ofensiva, preconceituosa e discriminatória. Diante do fato, a SPM entrou com representação junto ao Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), na qual pedia a imediata advertência e sustação de anúncio publicado no site www.mercadolivre.com.br, com base no artigo 50, alíneas "a" e "c" do Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária. "Não importa se foi sério, piada de mau gosto ou trote. O anúncio é ofensivo, fere a dignidade e reforça a visão de que mulher é objeto", explica a ministra Nilcéa Freire. Ao saber da representação da SPM, o site do Mercado Livre tirou do ar o anúncio.



Costa Rica dá passo importante I

A Costa Rica deu um importante passo no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos das mulheres costarriquenhas. Em 12 de abril, o Parlamento aprovou o Projeto de Lei de Penalização da Violência contra as Mulheres, agora Lei 13.874. A nova lei aborda todas as formas de violência contra a mulher (física, psicológica, sexual e patrimonial) e tem como finalidade proteger os direitos das vítimas que sofrem violência de gênero. Conforme cada caso, prevê penalidades de reclusão e alternativas a seus agressores. Cada tipo de delito tem uma pena específica e todos são de ação penal pública.



Costa Rica dá passo importante II

A legislação tipifica o delito do "feminicídio", uma espécie de homicídio qualificado, para aquele que mata uma mulher com a qual é casado, tem uma união estável ou não. A pena de detenção para este caso é de 20 a 35 anos. Estabelece prisão de 12 a 18 anos ao companheiro que forçar relações sexuais com a mulher contra sua vontade. De seis meses a dois anos de prisão para aquele que praticar violência física (insultos, tortura psicológica etc) e causar danos patrimoniais à sua companheira.



Igualdade entre homens e mulheres

A Espanha deu mais um passo à frente ao aprovar a Lei de Igualdade Efetiva entre Homens e Mulheres. Aprovada em março, a lei inclui medidas no âmbito trabalhista, político, econômico, cultural e social para eliminar os obstáculos que impedem a paridade entre os sexos. A lei obriga as empresas com

mais de 250 empregados a negociar com os agentes sociais planos de igualdade e prevê que, em um prazo de oito anos, os conselhos de administração das grandes companhias tenham pelo menos 40% de mulheres. Além disso, ela estabelece o equilíbrio entre os sexos nas listas de eleições, o direito de reduzir a jornada de trabalho para cuidar de menores de oito anos, bem como a ampliação para um mês da licença-paternidade, entre outras medidas.



Dia Internacional da Mulher I

A SPM celebrou, este ano, o Dia Internacional da Mulher com duas iniciativas pioneiras para conter a disseminação do vírus da aids entre as mulheres: o lançamento do Plano de Enfrentamento da Feminização da Aids e outras DSTs - o primeiro da América Latina e Caribe especificamente voltado para a questão, com vigência até 2010 - e da Campanha de Prevenção das DST/AIDS nos Jogos Pan-americanos Rio 2007. O evento foi no dia 7 de março, na Cidade do Samba, no Rio de Janeiro, e contou com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e de outras autoridades. Na ocasião, atletas brasileiras de todas as gerações e mulheres que se destacaram na luta contra a aids foram homenageadas.



Dia Internacional da Mulher II

A campanha e o Plano são resultado de uma ampla parceria articulada entre a SPM, o Ministério do Esporte, Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher (UNIFEM), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), além de contar com o apoio da Caixa Econômica Federal (CEF), do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), do Comitê Paraolímpico Brasileiro, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da Prefeitura do Rio de Janeiro.



Dia internacional da Mulher III

Em seu pronunciamento durante a solenidade, o presidente disse que o desafio para superar a desigualdade entre homens e mulheres não está no ordenamento jurídico brasileiro. Para ele, é preciso que haja um processo de mudanças "para que todos compreendam a importância da convivência igualitária, entre homens e mulheres". Lula destacou a importância da participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas e desafiou as mais de três mil mulheres presentes a aproveitarem seu segundo mandato para apresentarem suas reivindicações.



Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -
Zona Cívica Administrativa
70150-900 Brasília DF
Telefone:: (61) 3411-4330 e 3411-4246
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br